



SECRETARIA GERAL DO TJAP
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO ESTRATÉGICA E GOVERNANÇA

Ata da Audiência Pública na Comarca de Mazagão

1. Pauta

1. Apresentação e discussão das Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2024;
2. Resultados do desempenho do TJAP relativo às Metas 2022;
3. Sugestões dos TJ's para as Metas 2024;
3. O que ocorrer.

2. Sessão

Presencial e transmitida ao vivo pelo YouTube, via canal oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (<https://www.youtube.com/@TribunaldeJusticadoAmapa>), com tradução em Língua Brasileira de Sinais (intérpretes Renan Dias e Alejandra Fortunato).

3. Facilitadores

- Adão Joel Gomes de Carvalho (Desembargador Presidente do TJAP)
- Marina Lorena Nunes Lustosa (Juíza Auxiliar da Presidência do TJAP)
- Luiz Carlos Kopes Brandão (Juiz Titular da Vara Única da Comarca de Mazagão)
- Job Duarte Moraes (Coordenador do Subcomitê Gestor da Região Norte)

4. Participantes

Frequência anexa.

Link para acesso à mídia da audiência: <https://www.youtube.com/live/khnVYol0pzg?feature=share>

5. Relatório

Após iniciado o protocolo de abertura, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá-TJAP, **Adão Carvalho**, coordenou a audiência pública para discutir as metas nacionais do Poder Judiciário para 2024. A intenção foi promover um diálogo com representantes dos poderes Executivo e Legislativo, instituições e sociedade civil. A audiência foi transmitida ao vivo no YouTube e contou com a presença de várias autoridades, incluindo a deputada estadual **Zeneide Costa** [*manifestação escrita abaixo*] e o prefeito da cidade de Mazagão-AP, **João da Silva Costa**. Durante a audiência foram apresentadas as metas propostas pelo CNJ para 2024 e os participantes tiveram a oportunidade de fazer perguntas às autoridades presentes. Durante o ato, foi dito que o TJAP atingiu a **Meta 2** de redução do estoque de processos antigos, e que os tribunais do País são



SECRETARIA GERAL DO TJAP
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO ESTRATÉGICA E GOVERNANÇA

favoráveis à manutenção dos critérios de avaliação para o próximo ano. Sobre a **Meta 3**, que visa estimular a conciliação nos tribunais, houve manifestação para que os juízes e servidores atuem mais incisivamente nessa área. O TJAP, como dito na audiência, não possui juízo arbitral, mas busca formas pré-processuais ou processuais de conciliação. Relativamente à **Meta 9**, focada no acesso à justiça por meio da internet, como parte da Agenda 2030, falou-se sobre o **Programa Parceiro Digital do TJAP**, que permite que estabelecimentos parceiros ofereçam acesso wi-fi temporário aos jurisdicionados para acessar aos serviços judiciários. As escolas municipais, em parceria com o município de Mazagão-AP, têm internet disponível para facilitar a interação com o projeto, que não requer custos e aproxima as pessoas da Justiça, levando cidadania à população nesse aspecto. A parceria digital também envolve a cooperação com a Polícia Militar, permitindo que os cidadãos tenham acesso à Justiça sem precisar se deslocar até o fórum da comarca. Durante a audiência, fez-se importante disseminar informações sobre o projeto e sua disponibilidade nas comunidades mais distantes, explicando que a divulgação será feita através dos canais oficiais do TJAP e das redes sociais, e com o apoio das escolas e dos alunos como multiplicadores dessa informação. Sobre a **Meta 8**, que visa julgar casos de Femicídio e Violência Doméstica Contra as Mulheres, foram apresentados pelo titular da comarca, juiz **Luiz Carlos Kopes Brandão**, dados sobre os crimes na Comarca de Mazagão, bem como medidas protetivas concedidas. Também foi discutido o trabalho das coordenadorias de políticas públicas para mulheres e o projeto do “*botão do pânico*” para proteção das vítimas. No entanto, foi ressaltado que há dificuldades em casos sem testemunhas, e sugeriu-se conscientização dos homens sobre seu papel nas escolas e órgãos públicos. A Justiça Restaurativa também foi mencionada como uma possível solução, pois o TJAP possui práticas nesse tocante, que visam trazer agressores e vítimas para entenderem seus papéis na sociedade. Em uma roda de conversa sobre assédio, foi constatado que todas as mulheres presentes já haviam sofrido casos desse tipo, enquanto nenhum homem relatou experiências. Enfatizou-se que será realizado um evento em agosto para a prevenção da Violência de Gênero, com atividades como oficina de defesa pessoal e crochê, bem como sugerido conversar sobre o projeto “*Pai na Família*”, desenvolvido outrora pela juíza **Gelcinete da Rocha Lopes** na cidade de Serra do Navio-AP. Relativamente às metas relacionadas à Improbidade Administrativa e Taxa de Congestionamento, foram apresentados dados exitosos do TJAP. Os processos relacionados a questões ambientais também estão sendo julgados dentro das metas estabelecidas pelo CNJ. A população tem acesso limitado às audiências judiciais devido aos custos e ao deslocamento necessário, por isso é importante oferecer ferramentas para facilitar o acesso à justiça. Encerramento da audiência. Feitas

LUIZ CARLOS KOPES BRANDÃO - JUIZ DE DIREITO DE ENTRANCIA INICIAL - VARA UNICA DA COMARCA DE MAZAGAO - DIRETOR FORUM COMARCAS DO INTERIOR Assinado em: 02/08/2023, às 09:46h.

MARINA LORENA NUNES LUSTOSA - JUIZ DE DIREITO DE ENTRANCIA FINAL - 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SANTANA - JUIZ AUXILIAR DA PRESIDENCIA Assinado em: 02/08/2023, às 09:39h.

Doc. juntado digitalmente no Processo: 2023035762 - 43, por MARCIO JAMILE DOS PASSOS PEREIRA em 02/08/2023 09:27:16



SECRETARIA GERAL DO TJAP
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO ESTRATÉGICA E GOVERNANÇA

as considerações finais, a reunião foi finalizada sem mais arguições pelo coordenador do Subcomitê Gestor da Região Norte, **Job Duarte Morais**.

A deputada estadual Zeneide Costa também se manifestou por escrito, da seguinte forma [ipsis litteris]:

“O MEU BOA TARDE A TODOS... Meu cumprimento especial ao DESEMBARGADOR ADÃO CARVALHO, Presidente do tribunal de justiça do Amapá... Cumprimento os Senhores magistrados, membros do Ministério Público, Defensores Públicos, Advogados, Procuradores do Estado e do Município, Serventuários, Parlamentares, demais Autoridades, Familiares e Amigos, Senhoras e Senhores. Gostaria, inicialmente, de compartilhar com os senhores um desejo que sei também que é um desejo de todos: o de ver um Judiciário forte, unido e prestigiado a ocupar o lugar que merece no cenário social e político deste País. Um Judiciário à altura de seus valorosos integrantes e que possa colaborar efetivamente na construção de uma sociedade livre, mais justa, fraterna e solidária, como determina nossa Carta Constitucional, a qual todos nós, que ocupamos alguma função eletiva, de forma uníssona, juramos respeitar e defender. Esperamos sempre que a atuação do Poder Judiciário seja pautada em prol da efetivação dos direitos fundamentais e sociais. É isso o que a sociedade brasileira espera: que o Poder Judiciário seja - verdadeiramente - um PRODUTOR de justiça. Jamais nos esqueçamos de que, em cada processo judicial, A JUSTIÇA JULGA um capítulo ou toda uma vida, uma liberdade suprimida, um pouco de um patrimônio ou todo ele, a reparação de uma honra esmagada, uma esperança em busca de justiça. Criatividade e conectividade são as palavras-chaves a impulsionar e qualificar o trabalho. Diante das adversidades do nosso município, são 235 comunidades, cada uma com suas peculiaridades, várias alternativas devem ser criadas, para que se encontrem as saídas que gerem resultados, satisfação e reconhecimento da sociedade. Essas ações precisam ser difundidas. O intercâmbio de experiências é fundamental para o aperfeiçoamento da máquina. E nos como representantes do poder legislativo estamos aqui sr. Presidente senhoras e senhores para unirmos forças, para que juntos possamos proporcionar à sociedade acesso à justiça e resolução dos conflitos por meio de um atendimento de qualidade, promovendo a paz social. A sociedade espera do Judiciário uma atuação firme e serena, ciente de que o respeito às suas decisões constitui a essência do estado democrático de direito, com o qual temos um compromisso inarredável. Como deputada... pretendemos manter um permanente diálogo com as instituições essenciais à administração da Justiça, com o poder executivo municipal, com os vereadores deste município cujos objetivos convergem integralmente conosco no tocante ao aperfeiçoamento da jurisdição de cada poder. Neste momento em que o Brasil se vê passado a limpo

LUIZ CARLOS KOPES BRANDAO - JUIZ DE DIREITO DE ENTRANCIA INICIAL - VARA UNICA DA COMARCA DE MAZAGAO - DIRETOR FORUM COMARCAS DO INTERIOR Assinado em: 02/08/2023, às 09:46h.

MARINA LORENA NUNES LUSTOSA - JUIZ DE DIREITO DE ENTRANCIA FINAL - 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SANTAANA - JUIZ AUXILIAR DA PRESIDENCIA Assinado em: 02/08/2023, às 09:39h.

Doc. juntado digitalmente no Processo: 2023035762 - 43, por MARCIO JAMILE DOS PASSOS PEREIRA em 02/08/2023 09:27:16



SECRETARIA GERAL DO TJAP
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO ESTRATÉGICA E GOVERNANÇA

em todos os segmentos da vida social e institucional, quero destacar também a atuação essencial do Ministério Público na defesa da ordem jurídica e do regime democrático. No cotidiano, os senhores se deparam com inúmeras dificuldades. Vivenciam problemas, ouvem críticas e anseios. Lidam, diretamente, com dor, aflição, pressa e ansiedade daqueles que clamam por justiça.... Senhoras e Senhores, os desafios são grandes, mas as ideias, a disposição para trabalhar e a vontade de acertar e fazer o melhor de cada um de vcs são ainda maiores. Sabemos das nossas e das suas responsabilidades e do nosso compromisso para com a nossa sociedade. Estamos a disposição do judiciário!!!

Muito obrigado e que Deus nos abençoe.

Mazagão-AP, 14 de julho de 2023

Tenciche costa

Deputada Estadual ZENEIDE COSTA”

6. Deliberações

1. Quais são as metas nacionais do Poder Judiciário para 2024? Como funciona a avaliação da meta de produtividade? Qual é o critério para julgar mais processos do que os distribuídos? O que é considerado um processo antigo?
2. Anotação das demandas e relatório com os encaminhamentos das propostas apresentadas durante a audiência pública.
3. Qual é o entendimento dos tribunais em relação à modificação dos critérios de avaliação? Como a transparência da Justiça amapaense tem sido reconhecida nacionalmente? Quais são os objetivos da Meta 3 e como ela estimula a conciliação nos tribunais? Como os juízes e servidores estão sendo treinados para efetivar os métodos de conciliação e mediação?
4. Identificar e julgar processos mais antigos no tribunal. Fortalecer o relacionamento institucional do Poder Judiciário com a sociedade. Realizar projetos de inovação relacionados à Agenda 2030, visando benefícios para a sociedade. Implementar o programa Parceiro Digital para ampliar o acesso à justiça por meio da internet.
5. A parceria facilitará o acesso à justiça na comunidade. O programa visa garantir a inclusão digital a todos os cidadãos. A parceria do município, entidades e instituições faz parte do projeto digital. É necessário divulgar mais as informações sobre as metas alcançadas e o parceiro digital. Massificar as informações sobre o parceiro digital através dos canais oficiais do TJAP, como rádio web, Facebook e Instagram. Levar técnicos da instituição para realizar demonstrações nas escolas e contar com os alunos como multiplicadores das informações.



SECRETARIA GERAL DO TJAP
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO ESTRATÉGICA E GOVERNANÇA

6. Identificar e julgar os casos de Femicídio e Violência Doméstica Contra a Mulher até 2024 (Meta 8). Manter as metas propostas pelo CNJ pelos tribunais estaduais. Melhorar a rede de proteção à mulher e prevenção à violência doméstica. Realizar palestras e conscientização para os homens sobre respeito, cuidado com a família, não-violência física ou psicológica. Realizar uma iniciativa para palestras pedagógicas para os homens entenderem seu papel na sociedade. Promover eventos durante o “Agosto Lilás” (prevenção da Violência de Gênero), com atividades como oficina de defesa pessoal, crochê etc. O jovem pode dar prosseguimento a esse tema, pois é instigante. Apresentar todas as outras metas. Analisar a Meta 4 e discutir sugestões. Passar para a Meta 5 e discutir propostas relacionadas à Taxa de Congestionamento. Passar para as Metas 10 e 11, permitindo contribuições no final. Discutir o projeto de inclusão dos empresários, sociedade e poder público na gestão judicial.

7. Esta seção introduziu a audiência pública, informando-se da transmissão ao vivo pelo canal do TJAP no YouTube e que conta com a tradução em Língua Brasileira de Sinais. Também é mencionada a dinâmica da audiência, incluindo a palestra do presidente do TJAP e as apresentações das Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2024.

8. Apresentação das Metas Nacionais do Poder Judiciário. Nesta seção foi explicado que a audiência iniciaria com a palestra do presidente do TJAP, seguida pelas apresentações das Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2024 feitas pelos juízes e pela equipe técnica da Secretaria de Planejamento, Gestão Estratégica e Governança-SEPLAN TJAP.

9. Tempo para perguntas e respostas. É mencionado que o tempo para cada pergunta é de até um minuto e meio. Caso não fosse possível responder todas as perguntas durante a programação da audiência, a assessoria técnica da Seplan/TJAP responderia via e-mail.

10. Início da Audiência Pública. O presidente do Tribunal de Justiça, **Adão Carvalho**, faz uma saudação e deu início à audiência pública. Apresentação das Metas do CNJ. Nesta seção, ocorreu a apresentação das metas estabelecidas pelo CNJ, com o objetivo de potencializar a interação do judiciário com a sociedade, para promoção de uma justiça efetiva e próxima de todos.

11. Sugestões e considerações. Participantes da audiência apresentam sugestões e considerações, incluindo a proposta de informar sobre o **Balcão Virtual** nas intimações e a solicitação de implementação do **Projeto Pai Legal** e do **Casamento Comunitário**. A apresentação das metas do CNJ é retomada, com a participação de diferentes pessoas, como promotores de justiça e defensor público. Encerramento da Audiência. Agradece-se a participação de todos, e é feito o encerramento da audiência pública.



SECRETARIA GERAL DO TJAP
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO ESTRATÉGICA E GOVERNANÇA

Resumo: Audiência pública transmitida ao vivo pelo canal do TJAP no YouTube. Tradução em Língua Brasileira de Sinais pelos intérpretes Renan Dias e Alejandra Fortunato. Palestra do presidente do TJAP e apresentações das metas nacionais do Poder Judiciário para 2024. Participação do público ao final de cada apresentação para fazer perguntas. Tempo máximo de um minuto e meio por pergunta. Possibilidade de fazer perguntas por escrito e enviar pelo YouTube. Perguntas não respondidas por falta de tempo serão respondidas pela assessoria técnica via e-mail. Slides apresentando as metas. Meta 2 é a meta de produtividade considerada uma das mais importantes. Anotação das demandas e relatório para encaminhamentos. Interação com a sociedade para promoção de uma justiça efetiva, célere e próxima. **Projeto Parceiro Digital** para acessar audiências e facilitar o comparecimento. Sugestão de informar sobre o acesso ao **Balcão Virtual** nas intimações para audiências. Apresentações das Metas 8, 9, 4, 5 e a última meta. Cooperação com diretores de escola para divulgar a ferramenta. Agradecimento pela participação. Vídeo para explicar o projeto. Fortalecimento institucional do Poder Judiciário com a sociedade. Presença dos vereadores. Possibilidade de providenciar os projetos **Pai Legal** e **Casamento Comunitário**.

7. Aprovação da ata

Feitas as considerações finais, houve o encerramento da audiência sem mais observações acerca das sugestões indicadas pelos demais TJs que compõem o Subcomitê da Região Norte, seguindo assinada pelos facilitadores do evento.

Adão Joel Gomes de Carvalho
Desembargador Presidente do TJAP

Marina Lorena Nunes Lustosa
Juíza Auxiliar da Presidência do TJAP

Luiz Carlos Kopes Brandão
Juiz Titular da Vara Única da Comarca de Mazagão

Job Duarte Moraes
Subcomitê Gestor da Região Norte
Secretaria de Planejamento, Gestão Estratégica e Governança-Sepplan/TJAP

LUIZ CARLOS KOPES BRANDÃO - JUIZ DE DIREITO DE ENTRANCIA INICIAL - VARA ÚNICA DA COMARCA DE MAZAGÃO - DIRETOR FORUM COMARCAS DO INTERIOR Assinado em: 02/08/2023, às 09:46h.

MARINA LORENA NUNES LUSTOSA - JUIZ DE DIREITO DE ENTRANCIA FINAL - 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SANTAÍNA - JUIZ AUXILIAR DA PRESIDENCIA Assinado em: 02/08/2023, às 09:39h.

Doc. juntado digitalmente no Processo: 2023035762 - 43, por MARCIO JAMIE DOS PASSOS PEREIRA em 02/08/2023 09:27:16



Documento assinado eletronicamente por **MARINA LORENA NUNES LUSTOSA, JUIZ DE DIREITO DE ENTRANCIA FINAL - 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SANTANA - JUIZ AUXILIAR DA PRESIDENCIA**, em 02/08/2023, às 09:39h.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ CARLOS KOPES BRANDAO, JUIZ DE DIREITO DE ENTRANCIA INICIAL - VARA UNICA DA COMARCA DE MAZAGÃO - DIRETOR FORUM COMARCAS DO INTERIOR**, em 02/08/2023, às 09:46h.



Doc. juntado digitalmente no Processo: 2023035762 - 43, por **MARCIO JAIME DOS PASSOS PEREIRA** em 02/08/2023 09:27:16. A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sig.tjap.jus.br/scpa_control_autenticidade_documento/ informando o código verificador: **AADMPLHXAS5**